

-----ATA N.º 1-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2018, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 – Proposta n.º 5/AM/2018 – Projeto de Regimento da Assembleia Municipal de Torres Vedras;-----

----- 2 - Proposta n.º 7/CM/2018 – 1.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal aprovado para 2018; -----

----- 3 - Proposta n.º 4/CM/2018 – Declarações para cumprimento do art.º n.º 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21/02, na sua atual redação, da CMTV; -----

----- 4 - Proposta n.º 5/CM/2018 – Declarações para cumprimento do art.º n.º 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21/02, na sua atual redação, dos SMAS;-----

----- 5 - Proposta n.º 8/CM/2018 – Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais – Programa de Apoio ao Arrendamento 2018; -----

----- 6 - Proposta n.º 9/CM/2018 – Tomada de conhecimento da cessão de posição contratual no contrato de empréstimo para financiamento da reparação/reposição de danos causados pelas intempéries de 23/12/2009, até ao montante de €764.600,00, aprovado pela Assembleia Municipal em 30/09/2010; -----

----- 7 - Proposta n.º 11/CM/2018 – Tomada de conhecimento do cancelamento do empréstimo para financiamento da obra de construção do Centro Escolar do Turcifal, até ao montante de € 1.100.000,00, aprovado pela Assembleia Municipal em 27/06/2016; -----

----- 8 - Proposta n.º 1/CM/2018 – Proposta de Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil;

----- 9 – Eleição de Representantes da Assembleia Municipal; -----

----- 9.1 - Proposta n.º 7/AM/2017 – Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

----- 9.2 - Proposta n.º 6/AM/2018 – Conselho Municipal de Educação;-----

----- 9.3 – Proposta n.º 7/AM/2018 – Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal; -

----- 9.4 – Proposta n.º 8/AM/2018 – Conselho Municipal da Juventude;-----

----- 9.5 – Proposta n.º 9/AM/2018 – Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Oeste Sul; -----

----- 9.6 – Proposta n.º 10/AM/2018 – Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Oeste;-----

----- 9.7 – Proposta n.º 11/AM/2018 – Conselho Municipal de Segurança; -----

----- 9.8 – Proposta n.º 12/AM/2018 – Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras; -----

----- 10 - Proposta n.º 35/CM/2017 – Ratificação de Interesse Municipal – Processo n.º CI/36/2017;

Rute de Almeida Passos – Instalação de Equipamento destinado a atividades Recreativas diversas – Paúl – Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães; -----

----- 11 - Proposta n.º 3/CM/2018 – Ratificação de Interesse Municipal – Processo de OP/2057/95 Requerimento CI/6851/2017 – Campotec – Comercialização e Consultadoria em Hortofrutícolas, S.A. – EN 9 Zona Industrial de Casalinhos de Alfaiata – Silveira – Freguesia da Silveira;-----

----- 12 - Proposta n.º 2/CM/2018 – Tomada de conhecimento que a Câmara Municipal, em 9/01/2018, retificou a sua deliberação de 31/08/2017, através da qual deliberou considerar de interesse municipal, a regularização da exploração pecuária a que se refere o processo CI 42/2017 – CUALE Sociedade Imobiliária, Lda, Cartaxanas - Freguesia da Silveira, cujo reconhecimento municipal foi deliberado pela Assembleia Municipal em 08/09/2017; -----

----- 13 - Proposta n.º 6/CM/2018 – Adesão à Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio – AP2H2;-----

----- 14 - Proposta n.º 10/CM/2018 – Adesão à Associação de Cidades e Regiões para a Gestão Sustentável de Recursos ACR+; -----

----- 15 – Tomada de conhecimento de atos administrativos praticados ao abrigo de delegação de competências:-----

----- 15.1 - Proposta n.º 8/AM/2017 (CM de 12/12/2017 e 27/12/2017) - Afetação de bens ao domínio público municipal;-----

----- 15.2 - Proposta n.º 1/AM/2018 (CM de 9/01/2018); Afetação de bens ao domínio público municipal;

15.3 - Proposta n.º 2/AM/2018 (CM de 23/01/2018); Afetação de bens ao domínio público municipal; -----

----- 15.4 - Proposta n.º 3/AM/2018 (CM de 06/02/2018); Afetação de bens ao domínio público municipal; -----

----- 15.5 – Proposta n.º 4/AM/2018 - Contratos de Delegação de Competências e acordos de execução revogados; -----

----- 16 – Proposta n.º 13/AM/2017 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município; -----

-----Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário). -----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Vitor José dos Santos Fernandes, António Carlos Nunes Carneiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Renata Filipa Santos Nunes Simões, Rui José Prudêncio, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Maria Teresa Lopes de Oliveira, José António do Vale Paulos, António

Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Rui Pedro Avelar Lopes, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Pedro Miguel Germano Bernardes, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luis, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e Francisco João Pacheco Martins. -----

----- Faltaram os membros Ana Paula Mota, Pedro Jorge da Vaza Santos, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques. -----

----- Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luis Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Sofia Horta Ferreira. -----

----- Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 9 de 09/11 do ano findo tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

----- O primeiro Secretário, Sr. António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

----- Anota-se que foram numerados cinco documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

----- E-mail do Instituto Nacional de Estatística, I.P de 14 de dezembro do ano findo, a enviar um conjunto de informação estatística sobre o Município de Torres Vedras. -----

DOCUMENTO 2:-----

----- E-mail da Assembleia Municipal da Guarda, de 17 de janeiro último, a enviar uma moção de apoio ao “Movimento pelo Interior- em nome da coesão”, que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e aprovada por unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 18 dezembro.-----

DOCUMENTO 3:-----

----- E-mail do Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, de 1 de fevereiro, a remeter convite para o 2.º Encontro de Presidentes de Assembleia Municipal que se realizará no

próximo dia 3 de abril em Lisboa. -----

DOCUMENTO 4: -----

----- E-mail do Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26 de fevereiro, a dar nota do teor do mail da Infraestruturas de Portugal, que informa que a obra de Reabilitação da EN9 entre Torres Vedras e Merceana, obteve decisão de contratar pelo CAE em 28-12-2017, prevendo-se o lançamento da empreitada para o próximo mês de março, perspetivando-se o seu início para o primeiro trimestre de 2019, com um prazo de execução de 9 meses. -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI 169/99, DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 5: -----

----- E-mail de Renata Simões, desta data a solicitar a sua substituição, por motivos de saúde imprevistos relacionados com a sua gravidez. -----

----- Encontrava-se presente em sua substituição Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

2.º ENCONTRO DE PRESIDENTES DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- Tendo presente o documento lido na correspondência o **Sr. Presidente da Mesa** fez notar que não tem informação suficiente sobre esta associação, mas se tivesse disponibilidade estaria presente no encontro. -----

----- O **Sr. António Carneiro** disse que um artigo veiculado no Jornal Expresso fala do encontro, e via com bons olhos que o Presidente da Assembleia estivesse presente para transmitir ao plenário o que foi dito. No entanto tem consciência que podem ser pedidos alguns compromissos de ordem política, para o qual o Presidente da Assembleia não se sentirá mandatado. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** fez notar que o modelo de organização autárquica à escala municipal está desatualizado, deriva da revolução de abril de 1974 e o tempo entretanto decorrido, veio demonstrar que carece de atualização. Esta associação pode ser um contributo para o efeito.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE O MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS. -----

----- Relativamente a este documento que também foi lido na correspondência o **Sr. Presidente da Mesa** relevou o facto de poder disponibilizar o endereço de modo a que todos os membros tenham acesso à informação.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VOTO DE PESAR - DR. JOÃO CORRÊA: -----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que tinha na mesa o seguinte voto de pesar: -----

----- “Assembleia Municipal reunida em 27 de fevereiro, aprova um voto de pesar pelo passamento do Dr. João Correia que foi candidato à Presidência da Câmara e Vereador nas primeiras eleições

livres da Democracia em 1976.-----
---- Além de autarca foi um insigne professor e diretor da escola, que muito deu a Torres Vedras durante muitos anos.”-----
---- Em nome de toda a Assembleia Municipal, manifestou os mais sentidos votos de condolências.-----
---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata, o voto de pesar, pelo falecimento do Dr. João Francisco Ribeiro Corrêa tendo observado um minuto de silêncio em sua memória.-----

VOTO DE PESAR - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA, CARLOS EDUARDO DA SILVA E SOUSA:-----

----O Sr. Presidente da Mesa, propôs um voto de pesar pelo falecimento súbito do Presidente da Câmara de Albufeira, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, recordando-o, pelo profissionalismo que demonstrou no exercício das suas funções, pessoa simples e empenhada, autarca dedicado à causa autárquica, à qual deu o melhor de si mesmo.-----
---- Manifestou à família as mais sentidas condolências.-----
---- O **Sr. Presidente da Câmara** associou-se a ambos os votos, que também foram alvo de deliberação do Órgão Executivo.-----
---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata, o voto de pesar, pelo falecimento do Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, tendo observado um minuto de silêncio em sua memória.-----

COMISSÃO POLÍTICA DO PSD DE TORRES VEDRAS:-----

---- O **Sr. Luís Carlos Lopes** deu nota que no passado dia 13 ocorreram eleições no PSD a nível nacional, regional e local e foi eleita a nova da comissão concelhia em título, que irá coordenar.----
---- Deu nota ainda que aqui e nos diversos fóruns torrienses farão oposição firme, determinada, e participativa envolvendo os munícipes em perfeita comunhão com Vereação coordenada pelo Vereador Marco Claudino e com a líder da bancada na Assembleia Municipal.-----
---- Concluiu dizendo que estão presentes para serem construtivos, e para trabalhar em prol do município.-----
---- A bem do concelho e em nome da mesa o **Sr. Presidente da Mesa** desejou ao membro as maiores felicidade.-----
---- O **Sr. Presidente da Câmara** expressou os melhores votos de felicidade para o mandato à frente do PSD do concelho de Torres Vedras.-----
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIMPEZA DE TERRENOS FLORESTAIS:-----

---- O **Sr. Rui Lopes** interveio no sentido de realçar o trabalho positivo do município na rápida e

pronta resposta ao pedido do governo para limpeza dos terrenos florestais e na criação de faixas de gestão de combustíveis.-----

----- Mencionou também a realização de sessões de esclarecimento sobre este tema, organizadas em parceria com os Bombeiros Voluntários, GNR e Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal, levadas a cabo nas várias freguesias do concelho que contabilizaram até agora 8, com a participação de 550 pessoas, ficando a faltar 4 até ao dia 1 de março. Estes números refletem a preocupação da população e acredita que se irá traduzir em resultados positivos. -----

----- Lançou o repto para que todos os membros da Assembleia divulguem esta necessidade de proceder à limpeza dos terrenos florestais até dia 15 de março e que todos juntos consigam evitar as coimas que estão associadas e que seja o município a ter que acarretar com a responsabilidade de alguns proprietários.-----

----- Deu nota ainda que o Despacho n.º 1913/2018, que determina as áreas prioritárias para fiscalização de gestão de combustíveis, define duas freguesias de primeira prioridade para o concelho, que são Ramalhal e Maxial/Monte Redondo, questionando se o Executivo está a tomar medidas específicas para estes dois territórios. -----

----- Reportando-se aos fundos comunitários, apelou à necessidade de serem atribuídas mais verbas para fazer face às alterações climáticas extremas, uma vez que o clima está a mudar drasticamente e os terrenos estão cada vez menos preparados para as mesmas. -----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** reportou-se à limpeza de terrenos para indicar que não lhe parece certo o governo colocar todo o ónus da despesa nas Câmaras Municipais, se os proprietários não o fizerem e hoje viu notícias de presidentes de câmara do país, que querem ver afetadas algumas verbas do Portugal 2020 para fazer face a esta medida.-----

----- Questionou qual é a posição do edil quanto a esta matéria e se a autarquia está preparada para responder com prontidão. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** realçou a concordância do PSD quanto à limpeza dos terrenos mas sublinhou o tom com que o anúncio foi feito porque marca a diferença quando têm o governo e a câmara da mesma cor. Questionou o edil quanto às críticas que a ANMP tem feito sobre a falta de articulação com os municípios relativamente esta medida.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a Câmara Municipal tem vindo a fazer limpeza de terrenos desde 2006, numa estreita cooperação com todos os agentes do setor florestal. Tem sido um trabalho profícuo que tem dado contributos em função da fileira florestal do território. Com as ocorrências do último ano, mais legislação foi produzida segundo a qual estão a trabalhar de forma muito intensa um conjunto de medidas importantes. -----

----- Nesse sentido estão a trabalhar diariamente com as 13 juntas de freguesias, tendo o governo definido através de um despacho, um conjunto de freguesias prioritárias. -----

----- Deu nota ainda que estão a realizar sessões de esclarecimento/sensibilização com vista à limpeza dos terrenos em estreita cooperação com a GNR, Comandante Operacional Municipal, Setor de Ambiente, Gabinete Técnico Florestal e Serviço Municipal Proteção Civil para estarem apetrechados e cumprir a lei em vigor. -----

----- Como resultado de alguns autarcas se terem manifestado por falta de meios, a semana passada esteve reunido com a tutela para encontrar mecanismos para resolver situações importante nomeadamente a vertente financeira e está a ser trabalhado um pacote com os municípios para a disponibilização de um fundo florestal permanente. -----

----- Deu nota ainda que para além de todas as medidas já enunciadas, criaram informalmente uma comissão executiva com os 13 presidentes de junta e associações de produtores florestais para criarem mecanismos de aceleração dos procedimentos. -----

----- Relativamente às críticas da ANMP, fez notar que os municípios os têm sempre tendência reivindicativa e pensa que há municípios que só agora “acordaram” para a área florestal que possuem no seu território. Há municípios com grandes áreas florestais que não têm plano de proteção das florestas e infelizmente só depois de ocorrências é que percebem as fragilidades. ----

----- Assegurou que Torres Vedras tem cumprido a legislação desde 2006, e não está tão reivindicativo como alguns municípios. Vão trabalhando, num trabalho que neste domínio também é reconhecido entre os pares, mas ainda há muito para fazer em relação a esta matéria. -----

----- Estão solidários com a ANMP mas estão em níveis diferentes. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL DE TORRES 2018:-----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** elogiou a organização do evento deste ano que correu bem, é a cara de Torres Vedras e cada vez mais identifica esta cidade no resto do país e no estrangeiro.----

----- Deu nota que existem questões a melhorar, alertando que no próximo ano devia ser feito um esforço para que os Kits não se esgotem um mês antes do Carnaval e para reforçar as bilheteiras nos dias dos cursos para que diminuam os tempos de espera. -----

----- A autarca da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça **Sra. Natalina Luís** começou por assinalar que após muito trabalho de programação e divulgação realizou-se mais um carnaval, sem dúvida a maior manifestação cultural desta cidade, que soube juntar a tradição e a modernidade.-----

----- Assim destacou a chegada dos reis e o enterro do entrudo organizado com a ajuda de alguns grupos formais de carnaval, entre eles a Real Confraria, e a criação da “app” Carnaval de Torres Vedras, uma ferramenta que serviu de guia a todos os foliões que os procuraram, não só com os festejos, mas também com informação relativa a restaurantes e hotéis disponíveis no nosso território. -----

----- Destacou ainda a criação do hino deste carnaval: O Samba da Matrafona, da autora torriense Susana Félix. -----

----- Assinalou que o Carnaval de Torres tem sabido fidelizar e atrair novos públicos e extravasar as nossas fronteiras em visitantes. Este ano teve como tema “Mares e Oceanos” que inspirou a sátira política do monumento do carnaval, dos carros alegóricos e dos foliões de diversas formas.

----- Deu nota que 400 mil pessoas visitaram os cursos diurnos e noturnos entre os dias 9 e 14 de fevereiro, 8000 pessoas - entre crianças, professores e auxiliares participaram no Curso Escolar; 850 seniores dos concelhos de Torres Vedras, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e de Mafra estiveram a festejar no Baile Tradição e 2200 pessoas de 41 grupos concorreram no Concurso de Grupos de Mascarados. -----

----- Na segurança estiveram envolvidos 400 elementos da PSP e 300 militares da GNR. No Serviço Municipal de Proteção Civil, Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, Cruz Vermelha, Administração Regional de Saúde e empresa de segurança privada estiveram envolvidos cerca de 500 elementos. -----

----- Também destacou o diálogo que a organização Promotorres tem mantido com os grupos organizados de Carnaval no sentido de conseguirem uma maior participação de todos na promoção e comunicação, sejam eles em canais televisivos, jornais e redes sociais como também na ida a escolas, a lares e na comitiva que se desloca a Lisboa para promover o carnaval.-----

----- Foi em êxito que não aconteceu por acaso, foi o fruto de muito trabalho de alguns milhares de pessoas e trouxe mais gente e mais consumo à cidade.-----

----- Apelou que o diálogo desenvolvido pela Promotorres e Câmara Municipal possa ser aberto a outros agentes locais, público em geral e moradores da cidade, com o intuito a que todos possam fazer parte da mudança e da valorização do nosso Carnaval.-----

----- O **Sr. António Carneiro** disse não compreender que o Carnaval mais português de Portugal tenha como hino um samba. -----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** questionou se já existem dados oficiais sobre o número de visitantes. ---

----- O **Sr. Pedro Castelo** comungou da intervenção da Natalina Luís, concordando que são necessárias melhorias deixando a nota que em nada contribuiu que 15 dias antes tenha sido veiculada a notícia que a Promotorres ainda não tivesse pago a alguns grupos do Carnaval do ano anterior. -----

----- Disse partilhar a opinião do colega António Carneiro, quanto ao hino do Carnaval.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por agradecer as notas que o membro João Pedro Gomes deixou assim como da autarca Natalina.-----

----- Deixou uma palavra de apreço aos colaboradores da Promotores e da Câmara Municipal que asseguraram a continuidade do evento que este ano celebrou 95 anos, referindo que será um

desafio interessante pensar o centenário. -----
---- Agradeceu também aos grupos, à Real Confraria do Carnaval, Centro de Saúde, CHO, Proteção Civil, Bombeiros Voluntários, GNR, PSP, Cruz Vermelha, assim como aos foliões e a todos os participantes. Também mencionou o estímulo que lhes foi dado pelo governo através da Senhora Secretária de Estado do Turismo pela distinção com a medalha de mérito turístico. -----
---- Relativamente aos dados que foram solicitados informou que a Promotorres está a trabalhar nos mesmos, no sentido de poderem refletir sobre o evento com vista a melhorar alguns aspetos.
---- Agradeceu à comunicação social que tem projetado o Carnaval de Torres, também, além fronteiras.-----
---- No tocante ao hino deixou uma palavra de carinho e estímulo à torriense Susana Félix e também aos dois brasileiros, lembrando que é uma língua portuguesa e está convicto que hoje o Carnaval de Torres Vedras também é conhecido no Brasil. Estavam longe de imaginar o eco tão positivo que o hino teria. Percebe a mágoa do membro António Carneiro, mas é um sinal dos tempos. -----
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO HOSPITALAR DO OESTE: -----

---- O **Sr. João Pedro Gomes** reportou-se ao centro hospitalar em título, que é um assunto recorrente na Assembleia Municipal, para informar que o CDS-PP tem recebido várias queixas de utentes que os preocupam.-----
---- Nesta sequência deu nota de relatos de pessoas que vão a consultas de especialidade no CHO, onde apenas são encaminhados para os privados, o que considera uma aberração.-----
---- Se existe um Serviço Nacional de Saúde que todos pagam, têm que ser o mais bem servidos possível. -----
---- O **Sr. Presidente da Câmara** anotou que existem mecanismos que podem ser acionados para fazer face ao que membro evocou. -----
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADA NACIONAL 9:-----

---- A **Sra. Rita Sammer** questionou o edil se confirma que não conseguiu a referida antecipação das obras, ou seja a Infraestruturas de Portugal está a manter o calendário que definiu em 2015. -
---- Assim questiona o esforço que a Câmara Municipal terá feito e a sua incosequência na antecipação pretendida. -----
---- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que desde que assumiu a presidência da Câmara Municipal de Torres Vedras, esta é uma das questões que tem estado sempre na sua agenda e dentro das suas competências tem trabalhado muito junto das entidades responsáveis. -
---- Conseguiram que fosse feito um cronograma que até aqui nunca foi plasmado num

documento. A metodologia encontrada foi dar início à obra em 2019, e julga que estão criadas condições para tal.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BTL - BOLSA DE TURISMO DE LISBOA:-----

----- O **Sr. António Carneiro** reportou-se à última edição do Jornal Expresso, que fez um excelente trabalho de suporte ao evento em título que terá início no dia 28 de fevereiro.-----

----- Deu nota que em três páginas do texto, por cinco vezes é referido, e bem, “oeste a dois passos de lisboa”.-----

----- A sua intervenção vem no sentido de mostrar a sua dificuldade de ir à BTL e ver o “Oeste a dois passos de Lisboa” no pavilhão da Região Turismo Centro cuja sede é Aveiro.-----

----- Disse que está a preparar um trabalho para remeter aos grupos municipais sobre esta matéria pois pensa traz claros prejuízos à região. Estão ao lado daquele que é o melhor destino do país, mas em vez disso estão na mão de um destino que não tem peso.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o membro pode ir à BTL e visitar o Stand Oeste Portugal. O trabalho do aludido jornal vai de encontro à visão dos autarcas do Oeste em relação a turismo e estão a trabalhar para que a marca Oeste seja uma referencia.-----

----- Também estão representados na Região do Turismo Centro mas entenderam que deviam estar na BTL em espaço próprio a promover 3 produtos do território.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECICLAGEM:-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** congratulou-se com a recente instalação de Eco-Pontos na cidade com a insígnia da Valorsul, que só peca por tardia, e questionou se o mesmo aconteceu só na cidade ou em todo o concelho.-----

----- Alertou ainda que a recolha de pilhas, rolhas, lâmpadas e óleos alimentares usados, na cidade e no concelho está muito aquém do desejável.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o aumento de contentores foi para todo o concelho e a questão da recolha de pilhas é um problema de vandalismo. A recolha de lâmpadas existe e pode ser feita em estabelecimentos licenciados e existe um oleão em cada freguesia a nível doméstico e a nível industrial é feita a recolha por empresa especializada.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE ESCOLAR MUNICIPAL:-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto**, tendo presente que houve necessidade de intervenção não planeada na Escola Básica n.º 1, questionou se existe um Plano de Manutenção das Escolas que estão a cargo da autarquia por todo o concelho-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a autarquia tem um plano de manutenção anual

e esta intervenção estava programada para as férias grandes, mas só pode ser feita no Natal. -----

----- A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

AVALIAÇÃO AMBIENTAL DA MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE – CONSULTA PÚBLICA:-----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** deu nota que foi veiculado no Jornal Expresso que está a decorrer o período de discussão pública, da modernização da linha em título que consiste entre outras na eletrificação e duplicação da via, e supressão de todas as passagens superiores ou inferiores à linha férrea. -----

----- Deste modo questionou quando acaba esse período e se a autarquia vai promover algum debate ou ação de esclarecimento pois gostaria de participar. -----

----- O **Sr. Pedro Castelo comungou** desta intervenção no sentido de poder ser mais esclarecido.

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o prazo de discussão termina em 23 de março e a autarquia pretende, a muito curto prazo, fazer uma sessão de esclarecimentos para os membros da assembleia municipal.-----

----- Informou ainda que o cronograma prevê a eletrificação da linha do oeste entre Lisboa e Caldas da Rainha no ano 2020. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ATELIER DOS BRINQUEDOS/BIBLIOTECA MUNICIPAL:-----

----- A **Sra. Marta Gerales**, reportou-se a uma publicação da Câmara Municipal onde consta a estatística do funcionamento dos equipamentos municipais e a afluência do público aos mesmos em 2017, para referir que o atelier dos brinquedos teve 3241 visitas, o que perfaz uma média de 10 pessoas por dia. -----

----- No seu entender deviam ter muita atenção neste número, pois a autarquia gastou €120.000,00 nesta coleção e questionou como tenciona aumentar o número de visitantes, que atividades estão previstas, até que ponto estavam a abranger todas as escolas do concelho e se as atividades que estão a ser feitas atraem as pessoas.-----

----- Relativamente à Biblioteca Municipal, informou que registou 59 229 visitas numa média de 228 pessoas por dia e está aberta menos um dia por semana. O serviço educativo registou 4638, muito mais do que o atelier do brinquedo, o que dá que pensar até que ponto este equipamento está a ser rentabilizado. -----

----- Face ao exposto e porque a Biblioteca está fechada à 2.ª feira de manhã e ao sábado, questionou se não valeria a pena deslocar funcionários do atelier para a biblioteca para assegurar a sua abertura nessas duas manhãs. -----

----- Lembrou ainda que era importante que em julho estivesse aberta à hora do almoço, já que se trata de uma altura de exames e sendo um espaço muito frequentado pelos jovens compensaria

estas alterações. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que não era comparável a Biblioteca com o Atelier dos Brinquedos, que tem a sua função e funciona com dois colaboradores. Na Biblioteca existem mais funcionários, logo a migração não é possível. -----

---- Têm feito um grande esforço para terem oferta de serviços de referência diversificada no concelho e o atelier faz parte da mesma, sendo também exemplo disso os serviços educativos que englobam a biblioteca com um papel muito importante e relevante, mas no entanto podem olhar para a época de exames e tentar melhorar alguns dos aspetos. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** interveio alertando para a necessidade de garantir a abertura ao público da biblioteca aos sábados de manhã, nas férias e à hora de almoço. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

RELATÓRIO FITOSSANITÁRIO – ABATE DE ARVORES PRAÇA MACHADO SANTOS: -----

---- O **Sr. João Florindo** solicitou a disponibilização do relatório em título, e que levou ao abate das árvores na Praça Machado Santos. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** relativamente ao comunicado que a Câmara Municipal publicou dia 30 de outubro sobre um projeto urbanístico para a requalificação desta zona, questionou sobre o ponto de situação do mesmo. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse o relatório em causa seria disponibilizado à mesa e que estavam a trabalhar para virem a ter um projeto urbanístico para a praça durante 2018 no sentido de a reabilitar em 2019. -----

---- Relativamente a esta matéria a **Sra. Rita Sammer** recomendou no futuro, mais correção nos comunicados que são feitos à população, já que deu a entender que havia projeto em marcha e que o abate das árvores decorria desse projeto, mas não foi assim. Saúda que o abate tenha sido feito se de facto havia perigo, mas recomenda mais rigor aos comunicados. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PLANO DE POUPANÇA DE ÁGUA: -----

---- O **Sr. João Rodrigues** disse ter conhecimento que a Câmara tem um plano de contingência para poupar água e questionou o que se pretende fazer nesse sentido para que sejam repostos os níveis normais. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a autarquia tem um plano de poupança de água, que está a ser implementado a vários níveis. -----

---- A Assembleia municipal tomou conhecimento. -----

MOÇÃO – PROCESSO EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE TODOS OS VÍNCULOS PRECÁRIOS DO MUNICÍPIO: -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa** leu a moção, subscrita pelo representante do Bloco e Esquerda,

sobre o assunto em título que se seguir se transcreve:-----

-----“A precarização do trabalho tem sido uma marca da degradação das relações laborais nos últimos anos. Não apenas no setor privado, mas também no Estado, disseminaram-se múltiplas modalidades de emprego precário e multiplicaram-se vínculos no permanentes, falsas prestações de serviço, utilização de estágios para preencher necessidades permanentes, formas de intermediação laboral precarizadoras, o recurso a programas ocupacionais para preencher, com um custo muito reduzido, verdadeiras necessidades permanentes dos serviços. -----

----- Também nas autarquias foi assim. O artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado para 2016 determinou a realização de levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na administração pública. O relatório sobre esse levantamento foi divulgado a 31 de janeiro de 2017, revelando a dimensão desta realidade. No que diz respeito à Administração Local e ao Setor Empresarial Local foram identificados, à data de 30 de junho de 2016, 12.738 trabalhadores enquadrados por Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção +, 1048 estagiários enquadrados pelo regime jurídico do programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL) que consta do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, 5772 prestadores de serviços (os designados recibos verdes), 4532 contratos a termo resolutivo na Administração Local e 2149 no setor empresarial local. -----

----- Com o referido relatório estabeleceu-se também que a Direção-Geral da Administração Local (DGAL) deveria proceder a um levantamento junto das autarquias locais, até 31 de outubro de 2017, das funções desempenhadas ao abrigo dos instrumentos de contratação a que se referia o mencionado documento. -----

----- Em dezembro de 2017, foram conhecidos os dados reportados à DGAL, nos quais os organismos da administração local reconheciam haver 15.758 trabalhadores precários a assegurar funções permanentes, dos quais cerca de metade (46,6%) são desempregados com contratos financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O número - indicado pelas câmaras, juntas de freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e entidades intermunicipais - representa 14% do total de trabalhadores do setor local. -----

----- O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) é, mais do que uma oportunidade, um repto para que finalmente sejam respeitados os direitos mais elementares dos trabalhadores que garantem os serviços públicos. Todos os organismos públicos, na Administração Central ou Local, são chamados a cumprir a lei, regularizando as situações de precariedade. -----

----- A Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, prevê os procedimentos do processo de regularização e integração dos trabalhadores precários do Estado, em que se incluem as autarquias locais e os seus diversos organismos: Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados,

Entidades Intermunicipais, Empresas Locais, Juntas de Freguesia. -----

----- Ora, tendo esta Câmara Municipal respondido, em outubro passado, ao inquérito realizado pela parte da Direção-Geral da Administração Local, trata-se agora de concretizar a regularização de todas essas situações, dando cumprimento a um objetivo da maior importância: o restabelecimento da normalidade no que às relações laborais no setor público diz respeito.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Torres Vedras: -----

----- 1) A divulgação, num prazo máximo de 3 dias, dos dados remetidos pela Câmara Municipal à Direção Geral da Administração Local relativos existência de vínculos precários na autarquia, discriminando o tipo de vínculo, a categoria profissional e as funções desempenhadas; -----

----- 2) A implementação de um processo de regularização de todos os vínculos precários existentes na autarquia, recorrendo aos mecanismos previstos no PREVPAP e conforme previsto no n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 112/2017; -----

----- 3) Na execução do processo de regularização, deve a Câmara prever, conforme previsto no n.º 5 do artigo 32.º daquele diploma: -----

----- a) uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, aberto a todos os trabalhadores com vínculos precários, com vista a requerer a sua inclusão no processo; -----

----- b) a definição de uma comissão paritária, composta por representantes da Câmara Municipal e dos trabalhadores, com a missão de avaliar as situações a regularizar. Esta comissão deve debruçar-se sobre os casos que resultam da apresentação de requerimento e outros que sejam sinalizados por algum dos seus membros; -----

----- c) um prazo máximo de 2 meses para análise dos processos e abertura dos procedimentos concursais que possam ter lugar; -----

----- 4) Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização". -----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** disse perceber que o Bloco de Esquerda queira marcar a agenda a nível nacional e local, mas neste caso, em relação à Câmara de Torres Vedras vem atrasado uma vez que a esta autarquia já iniciou este processo muito antes da legislação entrar em vigor e julga que será apresentado na próxima reunião do Executivo a lista final dos precários. -----

----- Assim solicitou que o edil confirmasse esta informação e que desse nota de todo o processo na próxima sessão. -----

----- Não gostou do tom da moção quando recomenda a divulgação, num prazo máximo de 3 dias e pensa que a Câmara Municipal andou bem neste processo no qual já começou a trabalhar já há algum tempo, pelo que esta recomendação falhou. -----

----- O **Sr. João Florindo** disse estar satisfeito com as palavras do colega Jacinto Leandro pois não sabia que o processo estava assim tão adiantado. Nunca viu essa informação referida na atividade municipal, que regularmente recebem. Quanto ao prazo de 3 dias, parece-lhe razoável porque se está pronto é só comunicar os dados relativos à existência de vínculos. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que assim que saíram as regras para a administração local, a autarquia fez o seu trabalho de inventariação de colaboradores que estavam na situação de precários e o processo está em fase de audiência de interessados. Vai à reunião do Executivo na próxima terça-feira para que alguns funcionários sejam integrados. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** disse que o PSD também não se revia no tom da moção, mas revem-se no conteúdo. Consideram importante salvaguardar os direitos e os interesses destes trabalhadores e esta medida é de saudar. -----

----- Perante a informação do edil, questionou o proponente se quer levar avante a moção ou esperar por um ponto de situação. -----

----- Também o **Sr. Presidente da Mesa** questionou o Sr. João Rodrigues nesse sentido. -----

----- O **Sr. João Rodrigues** fez notar ser necessário ter garantias quanto a todas as recomendações que constam na moção. Se assim for pode retirar a moção. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** assegurou que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara foi nesse sentido e suspendeu votação da moção. -----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** registou o ato do colega e que numa próxima sessão o edil deverá informar sobre este assunto. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

MEMORANDO - CARÊNCIA DE MÉDICOS DE FAMÍLIA: -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa**, lembrou que têm uma comissão de saúde e foi distribuído um documento intitulado memorando/proposta a todos os membros, onde se faz referência à necessidade de “voltarem à carga” para que venha uma resposta, qualquer que seja, aos três ofícios que foram enviados às três entidades que tutelam a saúde, sobre o assunto em título. -----

----- Assim propôs que a Assembleia tomasse conhecimento do memorando, com a concordância de que se voltasse a questionar estas entidades e a daria conhecimento do teor dos ofícios aos membros da comissão permanente. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Nesta altura e de acordo com o art.º 23.º do Regimento da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao público que ao abrigo do n.º 3, se tinha inscrito para intervir. -----

ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE PARA TODOS: -----

----- O **Sr. Pedro Norberto Lopes** começou por referir que ele e a Katty, foram apoiantes do Movimento de Cidadão Independentes, mas já têm este projeto há vários anos. -----

----- Lembrou que as regras e legislação que aprovaram as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, já tem 20 anos e depois de tanto estudo já está na altura de começar a tratar das coisas. Vinham dar nota de algumas ideias que seriam apresentadas e desenvolvidas pela Kathy Batista.-----

----- Aproveitou para felicitar a Assembleia pelo avanço na recuperação de algumas práticas democráticas pois sabe que o novo regimento permite que todos sejam representados. -----

----- A **Sra. Kathy Batista** disse que vinha implorar que este tema seja tratado com prioridade e que algo seja feito, no futuro próximo, para resolver as deficiências arquitetónicas existentes na cidade de Torres Vedras e também no concelho, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência física, viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspetos da vida. -----

----- Após 20 anos desde a publicação da lei e da elaboração de muitos estudos e pareceres, as pessoas com mobilidade reduzida não conseguem viver uma vida independente, consequência direta de más decisões ou de nenhuma, tomadas pelos governantes ao longo dos anos.-----

----- Considera injusto e desumano que essas mesmas decisões continuem a ser tomadas hoje em dia, pois ignoram os seus direitos, isolando-os da sociedade e impede-os do acesso aos serviços que são tão importantes no dia a dia. -----

----- Assinalou que dentro do universo das deficiências, o portador de deficiência motora é aquele que é mais fortemente penalizado pela falta de acessibilidade, porque a sua mobilidade depende de uma cadeira de rodas, e os ambientes construídos não estão adaptados para garantir a sua mobilidade.-----

----- Assim como cidadã e pessoa com deficiência motora pretende alertar para estas enormes dificuldades e também o quanto é alarmante e lamentável o facto de não haver nenhum programa em curso que vise contribuir para a redução das barreiras arquitetónicas. Questiona a razão de não haver um montante do orçamento contabilizado para iniciar as intervenções necessárias, concretamente, substituir a calçada portuguesa por um piso liso e antiderrapante, rebaixar os passeios e criar passeadeiras lisas e seguras que liguem o centro da cidade aos serviços pertinentes. -----

----- Deu nota ainda que um simples investimento no valor de € 1,000,000,00 dá para construir uma passeadeira com um percurso de 7000 metros, que fariam a ligação das artérias principais da cidade aos serviços públicos, ao comércio tradicional e às zonas recreativas, ou seja, o suficiente para tornar Torres Vedras uma cidade "inclusiva" para todos. -----

----- Questiona a razão da calçada portuguesa na construção de novos passeios, quando há vários estudos a fundamentar que não é compatível para as pessoas com mobilidade reduzida. Não percebe a razão da Câmara de Torres Vedras pedir pareceres quando insiste em não seguir as recomendações dos mesmos. -----

----- Quanto à realidade, especificou que em Portugal existem mais de 5 milhões de pessoas com mobilidade reduzida que sentem diariamente as dificuldades de quererem entrar ou partilhar espaços públicos ou privados e que não o conseguem fazer de forma independente e digna. No concelho de Torres Vedras significa mais de 27 000 pessoas. -----

----- Interroga-se quantas pessoas têm que sofrer para que este tema seja considerado prioritário. Em Portugal, é normal não se ver muitas pessoas com mobilidade reduzida a circularem pelas cidades, simplesmente porque não têm condições e são demasiado perigosas. Em Torres Vedras, sem exagero, é mais seguro circular na estrada junto aos automóveis, que nos passeios. -----

----- Considera inaceitável que nos dias de hoje, uma pessoa em cadeira de rodas, pelas demais razões, não consiga deslocar-se a: CTT, Centro de Saúde, Hospital, Finanças, Mercado Municipal, Algumas Juntas de Freguesias, Segurança Social, Tribunal, Espaço de Cidadão, Estação de Comboio, a vários novos restaurantes/cafés, Praia Sta. Rita e a muitos outros. -----

----- Considera também que o rumo que a Câmara Municipal de Torres Vedras tem seguido até à data para combater os problemas de acessibilidade é deficitário sendo evidente que tem que haver mudanças. -----

----- Acredita que a primeira mudança é colaborar com pessoas dedicadas a este tema que vivam, percebam e queiram contribuir para uma cidade e concelho “acessível”, que saibam identificar os desafios, partilhando ideias para solucioná-los. -----

----- A participação e colaboração das pessoas com diversas deficiências motoras é fundamental por isso sente-se grata por vir falar sobre este tema aqui esta noite. -----

----- Espera que as pessoas com o poder de alterar o futuro, tomem as medidas certas e necessárias, para transformar a nossa cidade e o concelho acessível a todos. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras dos dois intervenientes e esclareceu que o município de Torres Vedras tem um plano estratégico designado por RAMPA, ao abrigo do qual têm vindo a fazer um conjunto de investimentos significativos no sentido de melhorar a mobilidade para todos e que o território seja o mais inclusivo possível. -----

----- Estão abertos a contributos que possam ser dados, e dentro das disponibilidades financeiras do município podem contar com ele para melhorar o espaço público e as acessibilidades e dar corpo aos anseios da população. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

MUNICIPE ANA MATHIOTE – DIVERSOS ASSUNTOS: -----

----- A munícipe **Ana Mathiote** começou por aludir ao Carnaval de Torres Vedras, dizendo que é um sucesso indiscutível, mas qualquer sucesso tem as suas desvantagens. -----

----- Referiu que o edil tem o pelouro do Ambiente há muitos anos e fez um excelente trabalho na questão de despoluição do rio Sizandro e dos peixes, mas foi grave que na altura do Carnaval ter

tirado água do Rio Sizandro, não lhe parecendo compatível esta decisão com a segurança civil e a questão ambiental. Acha que é altura de começar a separar a parte mais complicada do Carnaval para o outro lado e deixar o divertimento saudável no centro. -----

---- Questionou a Sra. Vereadora da Educação se acha educativo a violação anual das salas do 1.º ciclo para servir de Quartel Geral do Carnaval, e se acha educativo promover um desfile com crianças vestidas com derivados de petróleo quando o tema era preservar os “Oceanos” -----

---- Reportando-se à Vereadora Ana Umbelino, disse ter conhecimento que no âmbito do Programa Romed há jovens a trabalhar nos espaços verdes que estão a aprender que as árvores jovens têm que ser podadas para serem mais fortes. -----

---- Questionou também se considera culturalmente digno que se feche a Biblioteca Municipal para a transformar num posto da Cruz Vermelha para socorrer jovens alcoolizados. -----

---- Por último questionou se as vereadoras citadas consideram útil, interessante e importante haver mulheres na política a perpetuar o modo masculino de fazer política. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por referir-se ao Rio Sizandro informando que o açude que tem um modelo mecânico de funcionamento que no seu ponto mais alto atinge 1,20m de água e na altura do Carnaval reduziram para cerca de 50cm que é suficiente para manter a biodiversidade no rio. -----

---- Também informou que na Escola Básica n.º 1 funciona há muito tempo e muito bem o Secretariado do Carnaval e têm que interagir com os equipamentos que têm. -----

---- Quanto ao projeto Romed, deu nota que as pessoas que fazem parte recebem formação dos especialistas da autarquia, sendo integrados em equipas coordenadas pelos arquitetos paisagistas. -----

---- Para responder às outras questões e uma vez que foram citadas, solicitou ao Presidente da Mesa que fosse dada a palavra às Vereadoras Laura Rodrigues e Ana Umbelino. -----

---- Devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa a **Sra. Vereadora Laura Rodrigues** começou por dizer que as escolas são equipamentos públicos com uma finalidade específica mas que também servem para outras iniciativas sociais e culturais que o município ache relevante, quando não são necessários para o seu fim funcional. O Carnaval goste-se ou não é um evento muito importante no município, e como tal a escola, se necessário, deve ser usada, salvaguardando os espaços e os materiais que dela constam. -----

---- Relativamente ao uso de plásticos e derivados do petróleo, pensa que a Câmara Municipal não deve receber lições quanto à sensibilização ambiental uma vez que é reconhecida a nível nacional e internacional nesta área. As crianças do município têm informação sobre os materiais que devem ser utilizados e reciclados e proibir estas substâncias não lhe parece que é o caminho. O ensino e a formação faz-se pela sensibilização que é o mais importante. -----

----- Concluiu dizendo que não pensa haver uma forma masculina e outra feminina de fazer política. Há só uma que é ter em atenção o bem comum, pela qual se rege. -----

----- Foi dada a palavra à **Vereadora Ana Umbelino** que deu nota não ter uma visão sacralizada das Bibliotecas, que são espaços de cidadania e podem servir para multíusos. -----

----- Quanto à questão da política, disse ser uma feminista convicta e considera que a visão da munícipe é um pouco preconceituosa, na medida em que não acredita que existem formas femininas e masculinas de fazer política. Pensa que há estilos diferentes. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o período da ordem do dia -----

1 – PROPOSTA N.º 5/AM/2018 – PROJETO DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS: -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** começou por lembrar que foi investida uma comissão para trazer à primeira reunião de 2018 um projeto de regimento. -----

----- Numa primeira nota e enquanto coordenador dessa comissão, informou que projeto em título, tem 73 artigos e foi imposto fundamentalmente pelo novo quadro legal, uma vez que o regimento em vigor remonta a 2009 e em 2013 foi publicada uma nova lei das autarquias locais e em 2015 o novo Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Salientou que o documento tem uma estrutura semelhante ao anterior, embora com outro desenvolvimento e aspetos inovadores que os novos tempos impõem e fez uma breve apresentação do projeto de regimento da Assembleia Municipal, um espaço plural e de liberdade, um espaço que cada vez mais dignifica a democracia.-----

----- A **Sra. Rita Sammer** realçou que o projeto foi feito de forma muito participada e a comissão integrou todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal. Foi feito de uma forma muito participada e dialogante de forma a valorizar e reconhecer as competências deste órgão. ----

----- Realçou o facto de ter sobressaído a vontade de dar a voz a todos os que estão representados neste órgão.-----

----- Relativamente à aprovação do documento deu nota que depois de elaborado pela comissão tiveram que discutir o documento no seio de cada grupo municipal e há ainda pequenas questões a ajustar.-----

----- Referiu-se concretamente ao facto de não haver deliberações no Período Antes da Ordem do Dia e por verificarem que em muitas assembleias municipais que já tem o seu regimento revisto para este mandato esta questão permanece contraditória.-----

----- Nesta sequência realçou que todas as discussões que tiveram nunca foram no sentido de retirar o direito de participação, e ainda podem afinar esta matéria de modo a não tomarem decisões que vão contra aquilo que gostavam que ficasse no regimento.-----

----- Por último disse ser merecido um reconhecimento especial ao Presidente da Assembleia pelo papel que teve na elaboração deste projeto, assim como aos serviços de apoio. -----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** começou por dizer que se revê integralmente no que foi um trabalho de equipa liderado pelo Presidente da Assembleia com uma equipa de apoio para a qual foram criadas condições e que começou já neste trabalho.-----

----- Espera que este projeto não traga complicações, pois estavam habituados a um regimento reduzido e agora está muito completo, com as devidas atualizações legais. -----

----- Deu nota que o Grupo Municipal do PS irá fazer uma análise de pormenor que estas regras merecem, uma vez que não tiveram oportunidade de o fazer, pelo propõe que a proposta seja retirada e seja reagendada numa próxima sessão.-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** subscreveu a proposta do membro Jacinto Leandro. Acha que este projeto é um salto qualitativo no modo de funcionamento da Assembleia, no pluralismo da mesma e na democraticidade que encerra. -----

----- Disse que é bom não se esquecerem que a Assembleia é a casa da democracia do município. É um fórum plural e de discussão e esta proposta de regimento é fruto do empenho, dedicação e capacidade de entreajuda e colaboração de todos os membros da comissão, na qual teve a honra de participar.-----

----- Na pessoa do Presidente da Assembleia que coordenou os trabalhos da comissão, felicitou todos os membros da mesma, com o seu espírito de abertura e democrático. Uma visão plural enriquece e engrandece o concelho e o próprio Executivo. -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** pensa que o documento vai no bom sentido, mas também o grupo municipal do PSD não teve oportunidade de o analisar detalhadamente. É positivo e podem-se rever na sua quase totalidade. Numa visão global e genérica concorda com o que foi dito e louvou o Presidente da Assembleia pela sua abertura. -----

----- O projeto carece de um ou outro detalhe e também pensa que com excesso de artigos pode perder-se alguma criatividade pelo que não devem ser excessivamente reguladores. -----

----- Pensa que terão de seguir o conselho do membro Jacinto Leandro e rever o projeto. -----

----- Revê-se no documento, que vai no bom caminho, mas não quer ser surpreendido com propostas de alteração e a proposta deve ser aprovada por unanimidade. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que em seio da comissão já tinham antevisto que poderiam suspender no plenário, a votação do projeto de regimento da Assembleia Municipal.-----

----- A Aprovação do Projeto de Regimento da Assembleia Municipal de Torres Vedras foi suspensa até à próxima reunião. -----

2 - PROPOSTA N.º 7/CM/2018 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL APROVADO PARA 2018: -----

----- Presente ofício número 1654, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de fevereiro de 2018, a remeter a revisão em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião realizada em 6 de fevereiro último. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que a revisão em apreço visa a criação de um conjunto de rubricas. -----

----- A **Sra. Teresa Oliveira** anunciou que o PCP não poderia votar a favor a revisão em título por incluir as duas últimas rubricas que se referem a Contratos Emprego Inserção. -----

----- Se o edil acabou de dizer que tinha iniciado o processo dos precários para integrar o mapa de pessoal, muito antes do diploma sair, não percebe a razão de irem abrir rubricas para colocar mais precários ao abrigo deste programa, e não iriam votar a favor. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** questionou de que se trata o Prémio intermunicipal no âmbito do FAMI. -

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que gostaria que o PCP votasse a favor e esclareceu que os processos concursais para colocar os precários nos quadros demoram alguns meses, e existe necessidade imediata nestas nas áreas destas pessoas. -----

----- Quanto ao prémio no âmbito do FAMI (Fundo para o Asilo, Migração e Integração), esclareceu que se trata de um prémio no âmbito da atividade migratória de pessoas nos territórios da União Europeia. -----

----- Não se registaram mais intervenções pelo que o Presidente da Mesa colocou o documento à votação:-----

----- A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 deliberou, por maioria 35 votos a favor e 2 votos contra, aprovar 1.ª revisão ao Orçamento da Câmara Municipal aprovado para 2018.-----

----- Anota-se que votaram contra Teresa Oliveira e João Rodrigues. -----

3 - PROPOSTA N.º 4/CM/2018 – DECLARAÇÕES PARA CUMPRIMENTO DO ART.º N.º 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21/02, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, DA CMTV:-----

----- Presente ofício número 1315, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de janeiro último, a remeter cópias das declarações exigidas nos termos da legislação em título. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que este assunto e o do ponto seguinte decorrem da lei.--

----- Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das declarações emitidas pela Câmara Municipal para cumprimento do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012 de 12/02, na sua atual redação.-----

4 - PROPOSTA N.º 5/CM/2018 – DECLARAÇÕES PARA CUMPRIMENTO DO ART.º N.º 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21/02, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, DOS SMAS:-----

----- Presente ofício número 1314, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de janeiro último, a remeter cópias das declarações exigidas nos termos da legislação em título. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento das declarações emitidas pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para cumprimento do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012 de 12/02, na sua atual redação.-----

5 - PROPOSTA N.º 8/CM/2018 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO 2018:-----

-----Presente ofício número 1653, da Câmara Municipal, de 8 de fevereiro, a informar que a Câmara Municipal, em sua reunião de 06/02/2018, deliberou, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento do Programa de Apoio ao Arrendamento, fixar até 70 o número de candidaturas a apoiar, para os períodos de setembro a dezembro de 2018, e janeiro a agosto de 2019, estimando para o ano de 2018 o valor de € 60.000,00 e para o ano de 2019 o valor de € 120.000,00, ou seja o total de € 180.000,00.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata de um programa que já tem vários anos com um papel importante do ponto de vista social e necessita da autorização da Assembleia por ser plurianual.-----

-----A **Sra. Susana Neves** salientou que se trata de um programa que continua a responder a famílias de baixos recursos ou seja com rendimentos inferiores a €400,00, a prevenir o desalojamento, o realojamento e o sub alojamento.-----

-----Deu nota que recentemente fez um estudo, onde apurou que o rácio de apoio do governo a nível do concelho de Torres Vedras para arrendamento social tem sido zero, lamentado que a autarquia tenha que assumir uma medida que é da competência do Ministério da Solidariedade Social.-----

-----Reforçou a necessidade e continuidade deste programa.-----

-----Por último deu nota que apresentou ao Presidente da Assembleia uma proposta de alteração ao regulamento em título, que é de 2008, a qual consiste na introdução de documentos para o tornar mais equitativa a avaliação das candidaturas.-----

-----A **Sra. Rita Sammer** registou que o PS defende posições filantrópicas sobre determinadas matérias, mas quanto a este programa, elogiou a postura da Câmara Municipal e questionou se o edil tem a noção do universo que vão apoiar para perceber qual o que ficou por apoiar.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o programa vai ao limite das 70 candidaturas e por ano têm cerca de 100 pedidos, ou seja, ficam a descoberto cerca de 30, mas ao longo do ano são feitos ajustamentos.-----

-----O **Sr. Pedro Castelo** disse que o CDS-PP nada tem contra e vai votar a favor. Percebe o facto de serem 70 pois não podem ir mais além por questões financeiras.-----

-----Reportou-se ao facto de ter recebido dois postais de Natal do Executivo no sentido de que podiam ter enviado só um e poupadas verbas podendo talvez abranger mais famílias neste

programa. -----
---- O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que o programa em análise é uma demonstração clara das preocupações sociais do município e felicitou o Executivo pelo esforço desenvolvido na resolução das questões sociais do concelho que cada vez são mais.-----
---- Não se registaram mais intervenções pelo que se passou de imediato à votação. -----
---- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, conceder de autorização prévia da assunção dos compromissos plurianuais - programa de apoio ao arrendamento 2018, estimando-se para 2018 o valor de €60.000,00 e para o ano de 2019 €120.000,00: -----

6 - PROPOSTA N.º 9/CM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL NO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA REPARAÇÃO/REPOSIÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELAS INTEMPÉRIES DE 23/12/2009, ATÉ AO MONTANTE DE €764.600,00, APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30/09/2010: -----

---- Presente ofício número 1651 de 8 de fevereiro, a dar conhecimento que a Câmara, em sua reunião de 06/02/2018, na sequência de pedido apresentado pela entidade Dexia Crédit Local, S.A. – Sucursal na qualidade de Mutuante, deliberou dar o seu consentimento para ceder a sua posição contratual, no contrato de empréstimo em título, ao Banco BPI, S.A., assumindo esta instituição financeira, a partir da produção de efeitos da cessão, a qualidade de mutuante, situação que se enquadra no art.º 17.2 do contrato de crédito acima referido, segundo o qual “O Mutuante poderá ceder os seus direitos a qualquer outro estabelecimento de crédito, sujeito ao consentimento prévio, expresso ou tácito do Mutuário”.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a informação que introduz o assunto dispensa apresentação. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

7 - PROPOSTA N.º 11/CM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO CANCELAMENTO DO EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DO TURCIFAL, ATÉ AO MONTANTE DE € 1.100.000,00, APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 27/06/2016: -----

---- Presente ofício n.º 1703 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de fevereiro, que com base na informação n.º 9/DF de 30/01/2018, e da DPET datada de 29/01/2018, deliberou aprovar o cancelamento do empréstimo em título, celebrado com o BPI, uma vez que não será possível, utilizar o capital contratado em tempo útil. -----

---- O **Sr. Presidente da Camara** na sequência da informação apresentada deu nota que estão a

trabalhar no sentido de apresentar à assembleia municipal um plano de investimentos para construção e remodelação dos centros educativos, no sentido de dotar todo o concelho com estes equipamentos, onde será inserido o Centro Educativo do Turcifal.-----

----- A **Sra. Rita Sammer** questionou se a questão do PDMTV está sanada.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estará sanada no final de setembro.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

8 - PROPOSTA N.º 1/CM/2018 – PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL:-----

----- Presente ofício número 27 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 3 de janeiro a remeter a proposta do plano em título, tendo presente a deliberação do Executivo de 27/12/2017.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se trata da 5.^a versão do plano em apreço. Um instrumento relevante para a atividade municipal, que tem tido ajustamento do ponto de vista de enquadramento legal e que já foi acionado por duas vezes.-----

----- Ao longo dos anos fazem um conjunto de simulacros para testar este plano dando nota que nesta matéria Torres Vedras é uma referência.-----

----- Agradeceu a toda a equipa multidisciplinar que o elaborou e a todos os agentes da proteção civil que deram os seus contributos para que possam estar hoje a aprovar o plano.-----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que, não pondo em causa a qualidade dos especialistas, este ou qualquer tipo de plano que são instrumentos estruturantes e importante para o município, para permitir que os membros possam dar o seu contributo, não pode ser dado à Assembleia Municipal com tão pouco tempo de antecedência.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** fez notar que o novo projeto de regimento no seu art.º 23.º elenca um conjunto de matérias relevantes, em que se pretende acautelar este aspeto que o membro aludiu.-----

----- Informou ainda que o Sr. Presidente da Câmara, após solicitação da comissão permanente, reuniu com a mesma, mas procurarão melhorar.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se trata de uma questão pertinente e lembrou que o plano pode ser remetido à Assembleia, quando ainda está em fase de discussão pública para que os membros se possam pronunciar, antes da aprovação final pela Assembleia Municipal.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que não estava disponível para convidar os membros da Assembleia Municipal para participar no período de discussão pública, porque entende que um membro não é público.-----

----- O **Sr. Vale Paulos** começou por fazer o enquadramento legal que rege a elaboração destes planos e que determinou esta atualização que vai na versão 5.-----

----- Assim e de acordo com a Resolução n.º 30/2015 de 7 de maio, assinalou que se trata de um

----- Em resposta às questões colocadas o **Sr. Presidente da Câmara** informou que há uma ação de formação por ano e paralelamente tem um programa “Proteção Civil Vai à Escola”. -----
----- Relativamente às webcam informou que está uma na Praia Azul e outra na Praia do Mirante. -
----- Registou a sugestão referente ao simulacro. -----
----- Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato à votação.-----
----- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou, aprovar o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. -----

9 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que iriam proceder à eleição dos representantes da assembleia municipal para o mandato de 2017/2021, que seriam feitas por escrutínio secreto, em cumprimento do n.º 3 do art.º 55.º da Lei 75/2013 de 12/09, dando nota da metodologia a seguir:

9.1 - PROPOSTA N.º 7/AM/2017 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL: -----

----- Presente ofício número 12955, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 de dezembro do ano transato, a solicitar a indicação de um representante das Freguesias do concelho para integrar a comissão em título.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que tinha na mesa a seguinte proposta: -----

----- “ Proposta do PS: “ Celso Jorge Carvalho Carvalho”. -----

----- Tendo sido a única proposta apresentada, passou-se à votação que foi a seguinte: -----

----- 27 votos a favor; 5 votos contra; 3 abstenções, 1 voto nulo.-----

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea i) do art.º n.º 41.º da Lei n.º 27/2006 de 3/07, na redação dada pela Lei n.º 80/2015 de 03/08, elegeu para representar a Assembleia Municipal de Torres Vedras na Comissão Municipal de Proteção Civil, Celso Jorge Carvalho Carvalho, Presidente de Junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo. -----

9.2 - PROPOSTA N.º 6/AM/2018 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que conforme determina a alínea d) do art.º 5.º Decreto-Lei n.º 7/2003 compõe o Conselho em título, um presidente de junta eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias, para o qual tinha na mesa a seguinte proposta: -----

----- Proposta do PS: “ Carlos Alberto Alves Gomes”. -----

----- Tendo sido a única proposta apresentada, passou-se à votação que foi a seguinte: -----

----- 30 votos a favor e 6 abstenções. -----

----- A Assembleia Municipal, ao abrigo do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15/01, na sua atual redação, elegeu para representar a Assembleia Municipal de Torres Vedras no Conselho Municipal de Educação, Carlos Alberto Alves Gomes, Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira: -----

9.3 – PROPOSTA N.º 7/AM/2018 – CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL: -----

-----O **Sr. Presidente da Mesa** disse que ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 157 do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 10/08, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 2/2011 de 06/11, integra o conselho um autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal e que para esse efeito tinha na mesa seguinte proposta: -----

----- Proposta do PS: João Carlos Esteves Caldeira -----

----- Tendo sido a única proposta apresentada, passou-se à votação que foi a seguinte: -----

----- 29 votos a favor e 7 abstenções. -----

----- A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 157 do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 10/08, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 2/2011 de 06/11, elegeu para representar a Assembleia Municipal de Torres Vedras no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, João Carlos Esteves Caldeira, Presidente de Junta de Freguesia do Turcifal. -----

9.4 – PROPOSTA N.º 8/AM/2018 – CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE:-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** deu nota que, segundo o regime jurídico que rege esta matéria, fazem parte do Conselho em título, um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal, para o qual tinha na mesa as seguintes propostas: -----

----- Proposta do PS: Renata Simões.-----

----- Proposta do PSD: Marta Filipa Sousa Geraldês e suplente Vitor José dos Santos Fernandes. -

----- Proposta do PCP: Maria Teresa Lopes de Oliveira. -----

----- Proposta do CDS-PP: João Pedro Gomes. -----

----- De seguida colocou à votação as propostas apresentadas que tiveram a seguinte votação: ----

----- 34 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea b) do art.º 4.º da Lei n.º 8/2009 de 18/02, na sua atual redação, elegeu para integrar o Conselho Municipal da Juventude, Renata Filipa dos Santos Romão Nunes Simões, Marta Filipa Sousa Geraldês e suplente Vitor José dos Santos Fernandes, Maria Teresa Lopes de Oliveira e João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes. --

9.5 – PROPOSTA N.º 9/AM/2018 – CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO OESTE SUL: -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa**, informou que estabelece o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos dos centros de saúde, que o conselho da comunidade é composto por um representante de cada município abrangido pelo ACES, designado pelas respetivas assembleias municipais, para o qual tinha na mesa a seguinte proposta:-----

----- Proposta do PS: José Augusto de Carvalho. -----

----- Tendo sido a única proposta apresentada, submeteu a mesma à votação que foi a seguinte:
----- 30 votos a favor e 6 abstenções. -----

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea b) do n.º 12 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27/11, elegeu para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Oeste Sul, José Augusto Clemente de Carvalho. -----

9.6 – PROPOSTA N.º 10/AM/2018 – CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO HOSPITALAR DO OESTE: -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** referiu que a assembleia municipal tinha que designar um vogal para integrar o conselho em título conforme previsto na alínea b) do art.º 16.º do Decreto-Lei 188/2003, de 20/08 para o qual tinha na mesa uma única proposta: -----

----- Proposta do PS: Rui José Prudêncio. -----

----- Passou-se de seguida à votação, que teve o seguinte resultado: -----

----- 30 votos a favor e 6 abstenções. -----

----- A Assembleia Municipal, para cumprimento da alínea b) do art.º 16.º do Decreto Lei 188/2003, de 20/08, elegeu para integrar o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Oeste Rui José Prudêncio. -----

9.7 – PROPOSTA N.º 11/AM/2018 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: -----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que segundo o regulamento provisório aprovado pela Assembleia Municipal no mandato anterior, compõe o conselho municipal de segurança um representante de cada força política com assento na assembleia municipal, para o qual tinha na mesa as seguintes propostas: -----

----- Proposta do PS: Jacinto António Franco Leandro. -----

----- Proposta do PSD: Hugo Miguel Fernandes Martins. -----

----- Proposta do PCP: Pedro Miguel dos Santos Jorge. -----

----- Proposta do CDS-PP: Filomena Mariana Dinis Vieira Marques dos Santos. -----

----- De seguida colocou à votação as propostas apresentadas que tiveram a seguinte votação: ----

----- 34 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- A Assembleia Municipal, elegeu para integrar o Conselho Municipal de Segurança, Jacinto António Franco Leandro Hugo Miguel Fernandes Martins Pedro Miguel dos Santos Jorge Filomena Mariana Dinis Vieira Marques dos Santos. -----

9.8 – PROPOSTA N.º 12/AM/2018 – COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS: -----

----- Presente ofício número 384/17, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, de 8 de novembro do ano transato, a solicitar informação sobre possíveis alterações em relação aos 4 cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal, na sequência das eleições autárquicas.

----- O **Sr. Presidente da Mesa** informou que tinha na mesa as seguintes propostas: -----
----- Proposta do PS: Paulo Dinis Faustino Valentim. -----
----- Proposta do PSD: Ana Isabel Marques Fiéis. -----
----- Proposta do PCP: Ana Paula Santos Mota.-----
----- Proposta do CDS-PP: Bianca Rosa Emiliano.-----
----- De seguida colocou à votação as propostas apresentadas que tiveram a seguinte votação:
----- 34 votos a favor. -----
----- 2 abstenções.-----
----- A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea I), n.º 1 do art.º17.º da lei 147/99 de 01/09, na sua atual redação elegeu para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, Paulo Dinis Faustino Valentim, Ana Isabel Marques Fiéis, Ana Paula Santos Mota e Bianca Rosa Emiliano. -----
-----Tendo sido ultrapassada a hora regimental para o encerramento da sessão e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia seguinte, 28 fevereiro pelas 21.00h, em conformidade com a convocatória e edital respetivos.-----
AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2017:-----
-----Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário). -----
----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----
-----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Vitor José dos Santos Fernandes, António Carlos Nunes Carneiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Rui José Prudêncio, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Maria Teresa Lopes de Oliveira, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza Santos, António Joaquim do Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luis, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

-----Faltou o membro Ana Paula Santos Mota. -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luis Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro e Cláudia Sofia Horta Ferreira.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu início à reunião.-----

10 - PROPOSTA N.º 35/CM/2017 – RATIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – PROCESSO N.º CI/36/2017 - RUTE DE ALMEIDA PASSOS – INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DESTINADO A ATIVIDADES RECREATIVAS DIVERSAS – PAÚL – FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÃES: -----

----- Presente ofício n.º 12754, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de dezembro último, a informar que em sua reunião ordinária realizada nesta data, deliberou considerar a instalação do equipamento em título, de interesse municipal na condição de que um futuro licenciamento deverá conter autorização da Agência Portuguesa do Ambiente para os atravessamentos e caminhos permeáveis, junto à linha de água; a execução de todas as infraestruturas necessárias ficarão a cargo do requerente e deverá ser dado cumprimento a todas as normas legais inerentes à tipologia de uso pretendido, o qual remetem para a assembleia tendo presente a sua competência nesta matéria. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** fez uma pequena apresentação do interesse municipal que se refere a um parque temático de lazer, a instalar no Paúl que foi alvo de visita ao local pelos técnicos da autarquia e também por alguns membros da Assembleia. -----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que o grupo de cidadãos que representa nada tem a opor, e a preocupação deste grupo prende-se essencialmente com a envolvente. Tanto quanto sabe alguns membros da Assembleia Municipal deslocaram-se ao local. -----

----- Disse ainda que o parque, a ser instalado, sê-lo-á numa zona muito sensível do ponto de vista ambiental, designadamente numa zona de paúl.-----

----- Ficará tranquilo com o seu sentido de voto se o Executivo através do Presidente da Assembleia, assegurarem que do ponto de vista ambiental designadamente matérias de aterro e salvaguarda das espécies que ali vivem, podem dar garantias que em nada interfere com as questões da natureza que referiu. -----

----- O **Sr. Jacinto Leandro**, confirmou que perante alguma dúvida, alguns membros da comissão permanente foram ao local, mas a seu ver não era necessário porque tinham acesso ao processo onde constava toda a informação de que necessitavam. -----

----- No seu entender esta pretensão de construir um equipamento destinado a atividades recreativas diversas constitui uma mais-valia para o concelho, e a Câmara Municipal considerou

de interesse municipal impondo algumas condições que têm que ser observadas, o que basta para que não haja dúvidas nem preocupações.-----

----- De facto o nome “Paúl” é referido mas este processo nada tem a ver com a ocupação dessa essa zona de REN e leito de cheias que se localiza mais a norte/poente.-----

----- Lembrou que este processo teve o apoio unanime de todos os vereadores.-----

----- Por último referiu que o grupo municipal do PS, concorda com esta pretensão, pois consideram bom que Torres Vedras tenha este equipamento e esperam que seja concretizado.-----

----- O Líder do grupo municipal do CDS-PP, **Sr. Pedro Castelo** lembrou que este assunto esteve para ser aditado à última ordem de trabalhos, a pedido do Executivo, mas por consenso dos líderes dos grupos municipais não foi aceite, porque careciam de algumas informações.-----

----- Lembrou que o apelido da requerente é o mesmo do cidadão que está envolvido na polémica precisamente do “paúl”.-----

----- Quanto a este investimento, agradeceu a quem lhes possibilitou a visita ao local, devidamente acompanhados dos técnicos, o que lhes permitiu ficarem elucidados e pela parte do CDS-PP não há qualquer constrangimento.-----

----- Não se registaram mais intervenções e a Assembleia estava em condições de votar.-----

----- A Assembleia Municipal, tendo presente a competência prevista no n.º 1 do art.º 130.º do PDMTVD, deliberou por maioria de 35 votos a favor e 1 abstenção ratificar o Interesse Municipal – Processo n.º CI/36/2017 - Rute de Almeida Passos – Instalação de equipamento destinado a atividades recreativas diversas – Paúl – Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, tendo presente a sua competência prevista no n.º 1, do art.º 130.º do PDMTV.-----

----- Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto e que não se encontravam na sala Natalina Luís, Francisco Martins e Nuno Almeida.-----

11 - PROPOSTA N.º 3/CM/2018 – RATIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – PROCESSO DE OP/2057/95 REQUERIMENTO CI/6851/2017 – CAMPOTEC – COMERCIALIZAÇÃO E CONSULTADORIA EM HORTOFRUTÍCOLAS, S.A. – EN 9 ZONA INDUSTRIAL DE CASALINHOS DE ALFAIATA – SILVEIRA – FREGUESIA DA SILVEIRA:-----

----- Presente ofício n.º 892, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 18 de janeiro último, a remeter o processo em título e a informar que em sua reunião de 12/12/2017, tendo em consideração que a Campotec opera desde 1994 e constituiu uma fonte de emprego para cerca de 200 pessoas, para além dos postos de trabalho que cria indiretamente no setor agrícola e tendo ainda em consideração que as obras a efetuar são referentes a ETAR, sendo as mesmas de extrema importância para evitar a contaminação de solos e dos recursos hídricos, deliberou considerar de interesse municipal a legalização e ampliação da ETAR da empresa, implantada em REN.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o pedido em apreço tem a ver com a implementação da ETAR para dar seguimento ao processo de legalização da mesma.-----

----- Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o interesse municipal – processo de OP/2057/95 requerimento CI/6851/2017 – Campotec – Comercialização e Consultadoria em Hortofrutícolas, S.A. – EN 9 Zona Industrial de Casalinhos de Alfaiata – Silveira – Freguesia da Silveira: -----

12 - PROPOSTA N.º 2/CM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO QUE A CÂMARA MUNICIPAL, EM 9/01/2018, RETIFICOU A SUA DELIBERAÇÃO DE 31/08/2017, ATRAVÉS DA QUAL DELIBEROU CONSIDERAR DE INTERESSE MUNICIPAL, A REGULARIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA A QUE SE REFERE O PROCESSO CI 42/2017 – CUALE SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA, CARTAXANAS - FREGUESIA DA SILVEIRA, CUJO RECONHECIMENTO MUNICIPAL FOI DELIBERADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 08/09/2017: -----

----- Presente ofício número 659 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 11 de janeiro último, a informar que em 19/09/2017 tomou conhecimento que a Assembleia Municipal em 08/09/2017 deliberou ratificar a sua deliberação de 31/08/2017, que considerou de interesse municipal a regularização da exploração pecuária, (suinicultura) de classe 2, na condição de ser colocada uma cortina arbórea maciça em todo o limite da exploração. Entretanto a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo solicitou o aperfeiçoamento do pedido, tendo os técnicos da autarquia emitido parecer onde destacam que na informação técnica que esteve na origem da decisão do Executivo, refere, por lapso, que se trata de uma exploração agropecuária (suinicultura) classe 2, contudo o pedido foi solicitado para a atividade pecuária de classe 1, cuja diferença consiste em que a classe 2 prevê um regime intensivo até 260 CN (cabeças normais) de suínos e classe 1 prevê acima das 260 CN.-----

----- Mais informa que estavam previstas 1728 animais para engorda e o presente pedido consiste em 1999, mas este lapso em nada altera o teor da informação prestada anteriormente, pois os parâmetros sujeitos a análise são os mesmos. Nesta sequência a Câmara deliberou proceder à retificação da sua deliberação de 31/08/2017, uma vez que se trata da regularização de exploração pecuária de classe 1. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento que a câmara municipal, em 9/01/2018, retificou a sua deliberação de 31/08/2017, através da qual deliberou considerar de interesse municipal, a regularização da exploração, para os efeitos do disposto no Decreto-lei 165/2014 de 15/11, a que se refere o processo CI 42/2017 – Cuale Sociedade Imobiliária, Lda, Cartaxanas - Freguesia da Silveira, cujo reconhecimento municipal foi deliberado pela Assembleia Municipal em 08/09/2017. -

13 - PROPOSTA N.º 6/CM/2018 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A PROMOÇÃO DO HIDROGÉNIO – AP2H2: -----

----- Presente ofício número 1316 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de janeiro último, a remeter o processo em título com vista à autorização à adesão do município à associação em título, em conformidade com os respetivos estatutos.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a autarquia tem vindo a fazer trabalho nesta matéria de energias limpas onde o hidrogénio é utilizado como vetor energético e entenderam estarem em condições de aderir a esta associação. É uma mais-valia e do ponto de vista da investigação também é importante pois Torres Vedras poderá afirmar-se neste domínio. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** disse que o edil coloca a fasquia bastante elevada no que diz respeito aos objetivos a atingir com esta adesão e reforçou o pedido de manter a assembleia municipal informada do que for acontecendo no âmbito da mesma. -----

----- Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

----- A Assembleia Municipal, atenta a competência da Assembleia Municipal prevista na alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou por unanimidade autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio – AP2H2.-----

14 - PROPOSTA N.º 10/CM/2018 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE CIDADES E REGIÕES PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS ACR+: -----

----- Presente ofício número 1652, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 8 de fevereiro, a remeter o processo em título, tendo presente as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estão a introduzir um modelo de monitorização de todas as associações onde estão representados, para poderem partilhar quer a nível do Executivo, quer da Assembleia Municipal, informação sobre as atividades desenvolvidas em cada uma.-----

----- No tocante à adesão em discussão anotou que se trata de uma associação internacional que visa a gestão sustentável dos recursos materiais, apostando essencialmente na economia circular, para a qual estão a fazer as primeiras abordagens no sentido de vir a preparar um plano de ações.

----- O **Sr. Pedro Castelo** fez notar que esta adesão levantou algumas dúvidas em sede de comissão permanente e pediram esclarecimentos ao edil, após o que ficaram mais elucidados, apesar de não totalmente convencidos.-----

----- Irão votar favoravelmente mas brevemente o grupo municipal do CDS-PP irá requerer informações sobre todas as associações de que a autarquia faz parte e de que paga quotas uma vez que já perderam a conta e se calhar umas serão mais necessárias do que outras. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** disse que o PSD também iria votar a favor e saudou a informação de que

haverá um modelo para monitorizar as adesões e parcerias do município a associações e afins. ---
----- Disse que o PSD também tentou perceber em que se materializava esta adesão e perceberam que é algo novo que lhes parece importante. No entanto se calhar existem áreas mais palpáveis, dando nota que a reciclagem no concelho de Torres Vedras apresenta valores muito aquém do que seria desejável. -----

----- Também a recolha seletiva dos lixos, parece-lhe que é uma área que necessita de mais investimento ou alguma articulação com a Valorsul, uma vez que nas escolas promovem a separação de lixo mas depois este vai todo para o mesmo sítio. Parece-lhe um sistema que se torna absurdo e estes circuitos deveriam ser estabelecidos. -----

----- Relativamente ao número de adesões o **Sr. Presidente da Câmara** informou que constam no relatório de atividades, bastando para tal consultar o site da Câmara Municipal. -----

----- No tocante à intervenção da Rita Sammer deu nota que recentemente conseguiu reativar a relação da autarquia com a Valorsul. -----

----- Mais informou que a Valorsul está a preparar uma campanha no âmbito da educação ambiental, no sentido de serem mais incisivos a nível da recolha e reciclagem, pois melhorar na recolha é melhorar os rácios de reciclagem. -----

----- Pediu de novo o uso da palavra a **Sra. Rita Sammer** indicando ter consciência que a Valorsul investe as suas campanhas naquilo que tem mais retorno económico. Parece-lhe importante não andarem apenas a reboque, como é agora o caso, da “campanha do amarelo”, mas perceberem que todos os resíduos devem ser devidamente recolhidos no sítio certo, até do ponto de vista pedagógico. -----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** interveio para dizer que ainda que os dados que o seu colega de bancada pediu, constem no relatório de atividades, seria importante a Assembleia ter conhecimento e questionou se não tinha presente o valor que se paga por ano em quotizações. ---

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse não ter memória e solicitou que o membro fizesse o pedido por escrito. -----

----- Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em discussão. -----

----- A Assembleia Municipal, atenta a competência da Assembleia Municipal prevista na alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou por unanimidade autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação de Cidades e Regiões para a Gestão Sustentável de Recursos ACR+. -----

15 – TOMADA DE CONHECIMENTO DE ATOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS AO ABRIGO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: -----

15.1 - PROPOSTA N.º 8/AM/2017 (CM DE 12/12/2017 E 27/12/2017) - AFETAÇÃO DE BENS AO

DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL:-----

----- Presente ofício número 13490, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29 de dezembro do ano transato a informar que em 12/12/2017 e em 27/12/2017 deliberou aceitar a cedência das seguintes parcelas, respetivamente: -----

----- Processo CS/22/2017 – Requerimento n.º CS/8634/2017 – Maria do Carmo Belchior Fernandes da Costa - parcela de terreno, situada em Casal das Areias – União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 360,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o nº 6747, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e participado na respetiva matriz predial sob o artigo 93, secção “EE”, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinados à via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.800,00 e, -----

----- Processo CD/16/2017 – Requerimento n.º CD/8371/2017 – José Carlos da Silva Casaleiro - parcela de terreno, situada na localidade de Chãos – Freguesia de Freiria, com a área de 36,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o nº 2597, da Freguesia de Freiria, e participado na respetiva matriz predial sob o artigo 819, da Freguesia de Freiria, destinados para o domínio público, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 180,00. -----

15.2 - PROPOSTA N.º 1/AM/2018 (CM DE 9/01/2018); AFETAÇÃO DE BENS AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL: -----

----- Presente ofício número 719 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de janeiro último a remeter a informar que em 9/01/2017 deliberou aceitar as seguintes parcelas:-----

----- Processo D4/45/2017 – Requerimento n.º D4/8767/2017 – Maria Fernanda Morais Mendes - parcela de terreno, situada na Rua da Eira em Casal dos Feros, Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), com a área de 117,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o nº 617, da mesma Freguesia, e participado na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 28, da Secção “NN” e artigo Urbano nº 5450, ambas da União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinadas ao alargamento da via pública (Rua da Eira), e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 585,00, arredondado para € 590,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38º do CIMI e, -----

----- Processo CS/21/2017 – Requerimento n.º CS/8588/2017 – Paulo Jorge Reis Santos - parcela de terreno, situada em Vale de Rosas ou Custas, em Ponte do Rol, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 60,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras da mesma Freguesia, e participado na respetiva matriz predial sob o artigo 75, da Secção “F” da Freguesia de Ponte do Rol, destinadas a caminho público, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 300,00. -----

15.3 - PROPOSTA N.º 2/AM/2018 (CM DE 23/01/2018); AFETAÇÃO DE BENS AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL: -----

----- Presente ofício número 1317 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de janeiro último, a informar que em 23/01/2018 deliberou aceitar a cedência da seguinte parcela de terreno.-----

----- Processo D4/38/2017 – Requerimento n.º D4/6453/2017 – Silvino Silvestre, parcela de terreno situada na localidade de Palhagueiras, Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), com a área de 88,00 m2, a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 321 da citada freguesia, destinada a domínio público (via pública), e à qual foi atribuído o valor de €5,00/m2, perfazendo o total de €443,00, arredondada para € 450,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

15.4 - PROPOSTA N.º 3/AM/2018 (CM DE 06/02/2018); AFETAÇÃO DE BENS AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL: -----

----- Presente ofício número 1650 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de fevereiro a informar que em 6/02/2018 deliberou aceitar a cedência da seguinte parcela de terreno.-----

----- Horto Mirandas – Agricultura de Grupo Lda., parcela de terreno com a área de 300mts, situado em A-dos-Cunhados no Casal da Lapa, Amieira, a destacar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob a ficha n.º 3641/Freguesia de A-dos-Cunhados e inscrito sob o art.º 12 CCC, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinada à instalação de conduta, e à qual foi atribuído o valor de € 4,70/m2, perfazendo o total de € 1.410,00.-----

15.5 – PROPOSTA N.º 4/AM/2018 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ACORDOS DE EXECUÇÃO REVOGADOS: -----

----- Presente informação número 12/DF, da Chefe de Divisão Financeira a remeter listagem em título. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** solicitou esclarecimentos quanto aos contratos celebrados com União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira no âmbito da manutenção e requalificação de equipamentos e edifícios da zona envolvente ao Ex. Karting -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata de uma pareceria com a junta que também se insere no trabalho que têm vindo a desenvolver naquela zona florestal que tem de estar devidamente limpa.-----

----- Mais informou que o espaço tem um estudo prévio que foi alvo de uma candidatura ao programa “Life” que não teve sucesso. Mais recentemente celebraram um protocolo com a Sociedade de História Natural para dar vida ao edificio do antigo Karting e assim ter um programa que sirva para requalificar todo o espaço e de momento estão à procura de financiamento. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

16 – PROPOSTA N.º 13/AM/2017 - APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SR.

PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-----

----- Presente informação referente à atividade do município de setembro, outubro e dezembro de 2017, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 20.02.18 é de € 666 564,00 e o saldo de tesouraria € 4 044 046,65-----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** começou por dar nota que teve conhecimento do abatimento do pavimento na Rua Teresa de Jesus Pereira e que a estrada para o Forte está em péssimo estado.

----- O **Sr. Pedro Castelo** lembrou que começaram as chuvas e as queixas quanto à cobertura do terminal rodoviário.-----

----- Lembrou que o edil já informou que o terminal é para manter no local em que está localizado atualmente mas todos sentem a necessidade que existe em melhorar o espaço questionando se a autarquia tem disponibilidade financeira para o efeito.-----

----- A **Sra. Rita Sammer** reportou-se ao projeto da mobilidade, pensando que terá havido consulta às escolas e na sequência da intervenção da munícipe do dia anterior solicitou se o edil podia fazer o ponto de situação do mesmo.-----

----- Lembrou que calçada portuguesa que existe nos nossos passeios é muito complicada, uma vez que há muitos alunos que se deslocam em cadeiras de rodas, sendo um levantamento que valeria a pena fazer e questionou sobre a possibilidade de articular esta dificuldade com este projeto.-----

----- O **Sr. Rui Prudêncio** saudou a Câmara Municipal pelo facto de o documento em discussão ter chegado em tempo útil, o que permite a análise e discussão dos seus pontos.-----

----- Interpelou a Mesa da Assembleia, no sentido de não encontrar as questões colocadas pelos intervenientes anteriores, no mesmo.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** disse ser seu entendimento que neste ponto se trata de questionar o Sr. Presidente sobre a atividade municipal na base da informação que lhes presta.-----

----- Após alguns membros se terem pronunciado sobre este assunto, concordando com este entendimento deu a palavra ao membro **Sr. Vítor Fernandes** que se reportou ao Complexo Desportivo do Paúl para questionar o ponto de situação quanto à sua rentabilização pelas escolas.

----- Terminadas todas as questões foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que começou por referir-se ao Terminal Rodoviário informando que estão a terminar o projeto de reformulação da cobertura no âmbito do PEDU. Tem financiamento para o efeito e o concurso será lançado no primeiro semestre de 2019.-----

----- No tocante à componente de mobilidade deu nota que atuam em três vertentes: Regulamento do Estacionamento, projeto “RAMPA”, a incorporar em todas as ações a levar a cabo no espaço

público, no centro histórico e na zona do choupal/matadouro, e ainda a nível da rede de ciclovias da cidade e rede pedonal. Têm um levantamento das necessidades feito e em função da disponibilidade financeira vão realizando as intervenções. -----

-----Deu nota ainda que estão a ultimar o Plano de Mobilidade e Transportes do Município de Torres Vedras para o concelho, que remete para planos sectoriais. Têm vindo a afinar com os presidentes de juntas de freguesia as ações, através das quais vão procurar, nas várias dimensões da mobilidade, fazer melhorias em todo o concelho. -----

----- Relativamente ao Complexo Desportivo do Paúl informou que a pista de atletismo tem vindo a ser utilizada por um conjunto de escolas, prática que a autarquia tem vindo a incrementar no âmbito do desporto escolar e também a nível associativo. -----

----- Reportando-se às questões sobre os pavimentos disse que tem a noção que quer a Rua Teresa de Jesus Pereira, quer a Henriques Nogueira necessitam de intervenção e aguardam melhoria no clima para avançar. -----

----- Quanto à estrada para o Forte informou que não têm projeto sendo uma necessidade que está identificada mas que não está enquadrada nas intervenções do PEDU. No entanto tem que ser equacionada no futuro, no sentido de enquadrar os sentidos de trânsito e de repensar a mobilidade em todo aquele espaço. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 10:35 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
